

Combate à sonegação foi o maior êxito dos 5 meses

Equipe econômica fará balanço do plano PAI, segundo revela com exclusividade o Estado

NELSON LUIZ DE OLIVEIRA

BRASÍLIA — Cinco meses depois do lançamento do Programa de Ação Imediata (PAI), a equipe liderada pelo ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, não conseguiu tomar as providências que teriam maior impacto sobre a inflação. Até o momento, continua inacabada a proposta de orçamento para 1994, o programa de privatização avança lentamente e a reforma fiscal mantém-se como intenção. O maior êxito da equipe, nestes cinco meses, foi o esforço de combate à sonegação, que elevou em cerca de US\$ 500 milhões mensais a arrecadação tributária. Apesar desse desempenho, o ministro divulgará, nos próximos dias, um balanço positivo da adoção ou encaminhamento de medidas de longo prazo destinadas ao controle das finanças públicas.

Obtido com exclusividade pelo Estado, o balanço da equipe econômica relaciona as metas previstas no PAI, as ações tomadas para atingir esses objetivos e o que foi conseguido até o momento. O programa, anunciado com grande euforia, em junho, contém metas nas áreas de corte de gastos, recuperação da receita, relacionamento da União com Estados e municípios, nova relação com bancos esta-

duais, saneamento de bancos federais, privatização e relacionamento entre o Tesouro Nacional e o Banco Central.

Orçamento — No que se refere ao corte de gastos, a equipe conseguiu realizar a primeira meta prevista, que era a eliminação de despesas de US\$ 6 bilhões no orçamento de 1993. O desempenho na área de recuperação da receita contrasta fortemente com a situação do programa de privatização. A Receita Federal está cobrando impostos com agressividade; na área de privatização, alterações legais têm sido feitas, mas a venda

das empresas está sujeita a negociações no âmbito do próprio governo.

A maior conquista do PAI foi a adoção de medidas com reflexo estrutural nas finanças públicas. A redefinição das relações entre o Tesouro e o BC (abertura da "caixa preta"), por exemplo, vai evitar operações financeiras consideradas inflacionárias. Outro

avanço foi a conclusão da rolagem da dívida contratual entre os Estados e municípios e a União.

Os Estados e municípios também vão sofrer restrições na contratação de empréstimos bancários. O mesmo conselho decidiu estender a lei do colarinho branco a dirigentes de instituições financeiras estaduais que emprestem recursos aos controladores dessas instituições e cortou o socorro financeiro do Tesouro e do BC a bancos estaduais em dificuldades. A reestruturação dos bancos federais ainda está no papel.

BALANÇO
SERÁ FEITO
NOS
PRÓXIMOS
DIAS E
CONSIDERADO
"POSITIVO"